

Tese Realista

O Brasil quer conter a sangria desatada em que se transformou a sua dívida externa. Não poderá fazê-lo, porém, se o Fundo Monetário Internacional persistir na rejeição de canais diferenciados de negociação. O país, que já demonstrou a sua viabilidade aos credores estrangeiros, sente-se desconfortável em face das diretrizes globais da organização, insensíveis a peculiaridades que não podem deixar de ser examinadas.

É com essa disposição que os delegados brasileiros à assembléia anual conjunta do Banco Mundial e do FMI, a ser instalada segunda-feira em Washington, vão se apresentar paramais uma rodada de discussões. O Brasil comparece a esse encontro tranquilizado por ter obtido na reunião do GATT, há pouco encerrada em Punta del Este, a não inclusão dos serviços no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Há, ainda, expectativa favorável de que o Banco Mundial acolha a posição brasileira (e latino-americana) de retorno dos empréstimos voluntários dos bancos privados aos países endividados. Não se afasta, além disso, a possibilidade de vir o mesmo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento a liberar empréstimos da ordem de 1 bilhão de dólares vinculados ao saneamento financeiro de setores industriais e agrícolas básicos.

O princípio da diferenciação no processo de negociação da dívida de mais de 100 bilhões de dólares é, no entanto, a questão capital que continua opondo o Brasil ao FMI. O país paga pontualmente os juros da amortização num montante de 12 bilhões de dólares por ano, o que o caracteriza como exportador líquido de capital. Mas é também punido por pretender sair da vala comum dos endividados.

Foi por compreender essa crucial contradição — o período de encargos punitivos, não obstante indicadores seguros de recuperação e crescimento — que Tancredo Neves e, depois, o Presidente Sarney, afastaram a hipótese de calote, sem, contudo, alocar a fome e a pobreza, a democracia e o desenvolvimento ao pagamento da dívida.

No ponto a que chegamos, o Brasil coleciona exemplos de discriminação que embaraçam a reivindicação de realismo em que se ancora o Fundo para exigir o controle austero e inamovível da nossa economia, ainda que o preço a pagar seja a recessão. Bastaria citar as últimas gestões da Administração Reagan de que resultaram novos e substanciais créditos para o México.

O Brasil, naturalmente, é solidário com a América Latina, em cujo seio os países devedores assumem o perfil de exportadores líquidos de capital, pagam juros altíssimos ao renegociar a dívida, enfrentam bloqueios no acesso de seus produtos aos mercados

internacionais e restrições na transferência de tecnologia. Não deseja, porém, agir em bloco. Ao contrário, o que reclama é uma negociação em separado — certamente porque tem pressa em definir horizontes políticos e econômicos que não podem se esgotar na vaga esperança de mudanças na ordem econômica mundial.

Economia em expansão, parceiro leal no exercício da sua independência e da sua soberania, o Brasil alimenta o propósito de encontrar soluções políticas que consagrem, por exemplo, o seu direito de pagar juros anuais da dívida não superiores a 2,5% do Produto Interno Bruto, ou de estabelecer taxas de risco — os spreads — em nível compatível com o crescimento.

O FMI, mesmo indiretamente, opõe objeções às críticas que devedores dirigem à organização. Agora, mesmo, em *Foreign Policy* (n. 64/86), Jabangir Amuzegar, ex-diretor-executivo e consultor de assuntos econômicos, situa o Brasil num grupo heterogêneo que inclui Argentina, Bolívia, República Dominicana, Equador, Egito, Haiti, Libéria, Peru e Sudão, para mostrar que como nações tributárias de altos custos de ajustes são aquelas que acusam o Fundo de neocolonização.

Para Amuzegar, o FMI tem sido gradual e erroneamente visto por supostas vítimas da austeridade como causador de distúrbios políticos e econômicos. Algo impróprio, lembra, porque seus objetivos são limitados. Concebido em 1944 para debelar problemas de câmbio e pagamento, emigrados dos anos 30, forçado pelas circunstâncias tornou-se uma superagência encarregada do débito global e dos desafios do desenvolvimento dos anos 80.

Recorda que 21 países africanos, em 1984, foram privilegiados pelo FMI com programas diferenciados, de resultados satisfatórios. Entre 80 e 84, cerca de 64 países se ajustaram às normas do Fundo sem prejuízo de restrições à expansão de créditos e gastos governamentais. E de 67 países, conclui Amuzegar, que de 1980 a 1983 levaram adiante um programa de estabilização, apenas 10 experimentaram sérias turbulências, nem todas relacionadas com o FMI.

Ora, o Brasil não concorre a uma posição de crítico implacável à natureza dos ajustes requeridos pelo FMI. Não se compara, evidentemente, à Libéria ou ao Sudão. Mas não acolhe o calote coletivo proposto por Cuba, nem esconde o seu desdém por saídas convulsivas, como a moratória. A tese brasileira é realista, não desconhece a utilidade do papel do Fundo, contudo, insiste em legitimar o direito do devedor de fixar procedimentos compatíveis à amortização rigorosamente regular da dívida. Grandes banqueiros compreenderam isto, mas o Fundo permanece relutante.